

**“As políticas culturais autárquicas num contexto
de *glocalização*: processos e dinâmicas do
património em Ílhavo e em Loures”**

Marta ANICO

Elsa PERALTA

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

Universidade Técnica de Lisboa

ABSTRACT

Face às tendências de homogeneização cultural e à perda das referências de estabilidade, com a conseqüente “desautorização” da tradição na regulação da vida social, assiste-se frequentemente, por parte do poder local, a um resgate do passado, ou de um “pseudo-passado” (re)construído pelo presente mediante a patrimonialização dos elementos culturais locais. Neste contexto, não só o passado é recuperado, como também são exaltadas todas as actividades e expressões que, assumindo uma dimensão explicitamente territorial, se possam converter num instrumento ao serviço do fortalecimento da identidade de uma comunidade. Estas iniciativas, protagonizadas pelos agentes políticos locais, assumem também um carácter instrumental, pois

permitem contribuir para a legitimação dos poderes instituídos, na medida em que a oferta de actividades e bens culturais responde aos anseios de uma população carente de vínculos de identificação para com o território e o passado. Por outro lado, no caso das cidades de pequena e média dimensão, que procuram afirmar-se como um espaço significativo no contexto das escalas de prestígio das cidades nacionais, a cultura pode ser utilizada, pela visibilidade e legitimação simbólica que confere, como argumento na negociação do seu posicionamento. Assim sendo, apesar de fixarem uma imagem diferenciada do seu passado, estas cidades promovem simultaneamente uma abertura ao exterior e à modernidade, concretizando o nexo global↔local.

Nesta comunicação pretendemos abordar especificamente a relação que se pode estabelecer entre as políticas culturais autárquicas e a crescente necessidade de identificação com o passado e as raízes locais, enquanto subproduto dos processos de globalização. Pretendemos ilustrar esta relação com a apresentação de dois casos particulares em que as autarquias basearam fortemente as suas políticas culturais no património e nas referências do passado, Ílhavo e Loures.

1. O espaço e o tempo globalizados

Harvey (1989) conceptualiza a globalização como uma manifestação das transformações ocorridas nas noções de espaço e tempo. Esta é, aliás, uma premissa consensual entre os vários autores, que abordaram esta temática. Giddens (1990), por exemplo, analisa o modo como o espaço e o tempo foram comprimidos mediante os processos de distanciamento e desenraizamento, sendo que distanciamento se refere às condições mediante as quais o tempo e o espaço se encontram organizados, de forma a relacionar a presença e a ausência, enquanto que o desenraizamento se refere ao modo como as relações sociais emergem dos seus contextos locais e se reconfiguram de forma transversal em espectros indefinidos de espaço-tempo.

No que se refere a esta relação espaço-tempo, a mesma aponta, igualmente, para o acelerar dos processos sociais e económicos, que conduziram a um redimensionamento do mundo, em que espaço e tempo deixam de se configurar como constrangimentos na organização da actividade humana, nas suas mais diversas dimensões. O mesmo é dizer que as transformações económicas e tecnológicas produziram o colapso das aceções

clássicas dos conceitos de espaço e tempo, conduzindo à aniquilação do espaço pelo tempo, tempo este que se reorganiza de forma a ultrapassar as barreiras impostas pelo espaço. A globalização encontra-se, assim, intimamente relacionada com a intensificação e aceleração da compressão do espaço e do tempo na vida económica, social e cultural.

A reorganização espacial e temporal à escala global, veio alterar o tipo de relações sociais predominantes nas sociedades tradicionais, caracterizadas por um contacto face-a-face, possibilitando, através dos sistemas de transportes e comunicações, encontros mais distanciados.

A globalização, enquanto fenómeno processual complexo, opera a vários níveis, designadamente o político, o económico, o ambiental, o social e o cultural, sendo susceptível de uma análise à luz de diferentes perspectivas. No que concerne ao interesse da antropologia pela globalização, este traduz-se, especialmente, na atribuição de uma prioridade conceptual à sua dimensão cultural, em particular, no que se refere aos novos regimes de significação, na medida em que o conceito de cultura é actualmente entendido como um mecanismo “através do qual os seres humanos constroem significados mediante práticas de representação simbólica” (Tomlinson, 1999:18).

A tendência clássica nos estudos antropológicos era no sentido de assumir um isomorfismo entre cultura e local, sendo que a cultura era encarada como uma unidade de análise associada a dois conceitos estruturantes, o território e a comunidade, conforme têm os seus referentes clássicos nas ciências sociais em Tönnies e, na antropologia, em Redfield.

Contudo, é actualmente pouco razoável conceber a cultura como uma propriedade natural, essencializada, de populações espacialmente circunscritas. A globalização afastou de forma radical a cultura do seu constrangimento espacial, ou seja, a cultura desterritorializou-se, permitindo que um número crescente de indivíduos à escala global participe nas realidades imaginadas de outras culturas. O mundo da contemporaneidade, mais do que um mosaico ou puzzle cultural, é antes um mundo de cultura em movimento, em que sujeitos e objectos se desvincularam de localidades particulares.

Por outro lado, os antropólogos têm vindo também a conceptualizar a cultura como “reterritorializada”, um conceito que se refere ao seu processo de reinscrição em novos contextos espaciais e temporais, o que resulta numa relocalização em ambientes culturais específicos. Esta nova aceção sugere que, apesar da conexão entre cultura e local poder estar enfraquecida, isto não significa que a cultura tenha perdido o seu espaço, simplesmente ganhou novos referentes de territorialização à escala mundial, referentes estes cujas fronteiras reais e simbólicas são altamente instáveis. Assim sendo, para os antropólogos a cultura globalizada não se restringe à cultura desterritorializada, é também, e simultaneamente, uma cultura reterritorializada, na medida em que os sujeitos e objectos culturais se desvinculam de localizações espaciais fixas e se relocalizam em novos cenários culturais, um movimento dicotómico que Ina e Rosaldo (2002) designam com o neologismo de/territorialização.

Este conceito suscita algumas questões no que concerne à organização dos fluxos de significado no mundo, ou seja, a designada “economia cultural da globalização”. A tese do “imperialismo cultural” é uma das perspectivas de análise desta temática, oferecendo um discurso crítico relativamente à globalização da cultura, tendo em consideração a existência de uma geometria de poder segundo a qual, o tráfego na cultura se orienta, fundamentalmente, numa única direcção, de um modo geral do mundo ocidental (centro) para o Terceiro Mundo (periferia). Ou, de modo mais particular, dos Estados Unidos para o resto do mundo. Este discurso sugere que o processo de globalização envolve a dominação de certas culturas, considerando a movimentação de bens culturais como um processo de imposição e dominação cultural. Neste sentido, falar em globalização é o mesmo que falar em homogeneização cultural.

A globalização económica, ao pressupor a estandardização dos produtos e a homogeneização dos gostos, está inevitavelmente associada à globalização cultural, que se consubstancia na convergência cultural mundial, uma convergência de estilos de vida e de comportamentos entre todos os consumidores mundiais. Muitos autores pós-modernistas, dos quais se destacam Baudrillard e Virilio, consideram que está a ser criado um novo espaço cultural electrónico pelas corporações culturais globais. Neste hiperespaço global, feito de imagem e simulação, os produtos culturais são convertidos em *mercadorias* comercializadas nos novos bazares cosmopolitas do turismo mundial,

da moda, da música étnica, da *world cuisine*. Neste processo, o “Outro” distante, outrora mediado pelo tempo e pelo espaço, instala-se no coração da metrópole, e o centro colonial é infiltrado por imagens instantâneas da periferia, ao mesmo tempo que, como refere Hannerz, “a cultura periférica irá assimilar, passo a passo, e cada vez mais, os significados e formas importados, tornando-se progressivamente indistinta em relação ao centro” (1991:122).

Esta é uma visão que argumenta que a de/territorialização da cultura, ao promover a convergência dos estilos culturais ocidentais à escala global conduzirá, de forma crescente, à eliminação das diferenças e, em última análise, produzirá um mundo de semelhanças. A globalização pode ser assim considerada, como a continuação de um processo histórico de expansão imperialista ocidental que remonta às primeiras viagens de exploradores europeus iniciadas nos séculos XV e XVI que, segundo Tomlinson (1997), representam um padrão histórico de crescente hegemonia cultural à escala global.

Esta visão da uniformidade cultural pressupõe uma reconfiguração constante e permanente com base nas imagens veiculadas pelo Ocidente, o que sugere o desaparecimento da diversidade cultural à medida que as culturas não ocidentais são progressivamente incorporadas numa cultura homogeneizada e dominada pelo Ocidente. Por outro lado, esta globalização massiva da cultura Ocidental, fez com que esta tenha perdido a sua ligação “natural” a um território geográfico específico, a cultura ocidental de/territorializou-se, desvinculando-se do seu local de origem. Falar em Ocidente, hoje, não é sinónimo de Europa ou Estados Unidos. Trata-se, antes, de uma abstracção que designa uma formação cultural unificada, que se caracteriza pela estandartização dos modos de vida, pela sincronização da cultura mundial, enfim, pela monocultura.

Tendo em vista que a antropologia analisa a cultura do ponto de vista da produção dos significados, a tese do imperialismo cultural suscita importantes e pertinentes reflexões, na medida em que não permite capturar todas as complexidades inerentes ao processo de de/territorialização da cultura. Será que a cultura flui de forma igualitária à escala global, ou será que a sua disseminação envolve um certo grau de assimetria? Quais as origens e destinos das culturas desenraizadas? Será que não estamos perante o desenvolvimento de idiosincrasias culturais como resposta a modelos estandartizados?

Uma das principais críticas que pode ser apontada a este modelo prende-se com o facto de encarar os sujeitos como consumidores passivos de bens culturais. Do ponto de vista da antropologia, este é um modelo de recepção cultural demasiado simplista na medida, em que o processo de interpretação de qualquer texto cultural é um processo complexo, que pressupõe a participação activa do sujeito na construção do significado. Os sujeitos não se limitam, deste modo, a absorver as ideologias, os valores e os estilos de vida veiculados por estes textos, lendo-os antes à luz dos seus próprios códigos culturais.

Nestas circunstâncias, verifica-se uma tendência no sentido da tradução das formas culturais importadas, que são interpretadas e apropriadas de acordo com as condições locais de recepção, o que significa que a tradução cultural não é unilinear, mas sim processual. In da e Rosaldo (2002) designam este processo de “costumização”, Appadurai (2002) de “indigenização”, Lull (2000) como “transculturalização”, Hannerz (1992) “criolização”, e Garcia Canclini (1989), “hibridação”. No entanto, estas reflexões não vêm negar a existência de uma convergência cultural à escala mundial. Sugerem apenas que o mundo permanecerá, ao mesmo tempo, repleto de diferenças. A globalização não pode, portanto, ser concebida unicamente do ponto de vista da homogeneização, na medida em que comporta, simultaneamente, um elevado grau de heterogeneização.

2. O nexu *global↔local*

Um dos domínios em que a dicotomia homogeneização↔heterogeneização se concretiza diz respeito às relações entre o global e o local. Se, por um lado, se verifica uma aparente estandardização dos modos de vida à escala global, por outro, esta homogeneização é concomitante com o ressurgimento de diversas formas de localismo, como sejam as reacções nacionalistas, étnicas e/ou regionalistas, que se baseiam na valorização e afirmação da história e das tradições locais e que, muitas vezes, resultam na construção de novos referentes simbólicos de filiação colectiva. As transformações resultantes deste processo de globalização, como referimos anteriormente, compreendem um crescente distanciamento e alheamento dos indivíduos face às suas raízes e origens locais, factores que, segundo Fortuna (2000), produzem “sujeitos

descentrados”, que procuram mecanismos e instrumentos de identificação e vinculação locais.

Com efeito, e como refere Stuart Hall, “esta fase mais tardia da globalização capitalista, com a sua brutal compressão e reordenação através do tempo e do espaço, não resultou necessariamente na destruição daquelas estruturas específicas e filiações e identificações particulares que existem nas comunidades mais localizadas, as quais seriam supostamente substituídas pela modernidade homogeneizadora” (Hall, 2002:36).

Porém, a análise deste fenómeno não pode ser encarada como uma mera reacção contestatária contra a globalização, como se o espaço local fornecesse um modelo de pureza de referentes culturais, incontaminados perante a normalização imposta pelos fluxos culturais globais. Nesta medida, há que analisar esta problemática no sentido de uma pós-modernização da geografia mundial, que se consubstancia na emergência de um novo *nexo global↔local* (Robins, 2002:17).

Assim sendo, se a globalização é a força organizativa estruturante da contemporaneidade, não quer dizer que o localismo cultural não adquira grande significado. Com efeito, a globalização está associada ao advento de novas dinâmicas de re-localização, que se relacionam com as novas e intrincadas relações estabelecidas entre o espaço global e o espaço local (Alger, 1988). A globalização impõe a sua presença corporativa no espaço local, operando *através* da diferença, não mediante a sua anulação. Assim sendo, o local deve ser encarado como um espaço fluído e relacional, constituído na sua relação com o global. Isto quer dizer que o novo “local” não deve ser confundido com a “localidade” (Robins, 2002:24), que constituía a unidade clássica de análise da antropologia.

Esta pos-modernização da geografia consubstancia-se na consolidação de blocos supra-nacionais e pela saliência dos territórios sub-nacionais, o que contribui para o estímulo de uma competição global directamente entre cidades e regiões, sem a mediação do Estado-Nação (Robins, 2002:17). As regiões assumem uma nova proeminência num contexto global, pelo que, como notou Smith, “a diferenciação regional organiza-se crescentemente ao nível internacional em detrimento do nível nacional” (1988:150), o que pressupõe simultaneamente um processo similar, ao nível dos espaços imaginários.

Do mesmo modo que os territórios são transformados, também o são os espaços simbólicos da identidade (Morley & Robins, 1989, 1990; Paillart, 1989; Robins, 1989), construídos mediante um processo de negociação, dialógico e fluído, que se concretiza no nexo global↔local.

3. Políticas patrimoniais autárquicas num contexto de *Glocalização*

O património, enquanto síntese simbólica dos valores identitários, configura-se como um exemplo da concretização desta relação global↔local na contemporaneidade. Ancorado nos referentes identitários locais, projecta-se e encontra a sua justificação numa atribuição de valor que, sendo local, é também global. A valorização política e social do património, quer seja a nível local, regional ou global é, neste sentido, uma construção social baseada na *sacralização de uma externalidade cultural* (Prats, no prelo), que consiste na definição de um ideal cultural do mundo, cristalizado em sistemas de representação.

Com o advento das sociedades modernas, industrializadas e seculares, e com o conseqüente afastamento relativamente às modalidades anteriores de filiação colectiva, como a religião ou monarquia, o património surge como um artifício criado no sentido do fortalecimento de uma pertença a um mesmo espaço simbólico. Assim sendo, o património pode ser considerado como um instrumento ao serviço de uma “religião laica ou civil”, surgida no âmbito dos processos de construção dos Estados-Nação. Esta “religião” consiste numa sacralização de certos elementos da vida comunitária através de rituais públicos, liturgias cívicas ou políticas, destinadas a conferir poder e a reforçar a identidade e a ordem numa colectividade socialmente heterogénea (Giner, 1993). Para tal, atribui-se uma transcendência a determinados símbolos culturais que atestam do carácter singular de uma determinada comunidade, conferindo-se uma ilusão de permanência e continuidade em relação a um passado, ao mesmo tempo que se constrói um ideal colectivo para o futuro. Neste sentido, o vínculo social básico necessário à construção de um sentimento de pertença colectiva, passa a assentar no princípio da semelhança cultural (Gellner, 1998) tendo por base uma cultura e uma história comuns que unem e identificam uma população com a sua comunidade de origem e de destino.

O património é, portanto, uma invenção e uma construção da modernidade, na medida em que se encontra relacionado com processos de sacralização de uma determinada ética, associada ao capitalismo e ao liberalismo económico, e que é marcada por uma valorização do “engenho” que deve ser preservado, à escala local e à escala global, quer se trate de um “engenho” individual ou colectivo. O património, ao seleccionar aqueles referentes que melhor evidenciam a genialidade e o capital humano de uma determinada colectividade permite, de forma especialmente eficaz, representar esta externalidade cultural.

Por outro lado, a deslocalização massiva de populações bem como a desterritorialização da cultura iniciada com as revoluções industrial e urbana, e intensificada na contemporaneidade, conduziram a uma crescente homogeneização cultural e à perda dos referentes de estabilidade e de identidade. Muitos autores têm, com efeito, notado que as sociedades contemporâneas carecem de uma ligação afectiva às referências do passado, padecendo de uma amnésia colectiva (Assmann, 1995; Hervieu-Leger, 2000 Huysen, 1995). David Lowenthal refere mesmo que o passado é, para as sociedades contemporâneas, “um país estrangeiro” (1985). Este afastamento em relação ao passado, bem como a crescente valorização das identidades colectivas, conduziu a um sentimento de nostalgia que fez com que o património fosse considerado como um bem absoluto, axiomático e de valor incontestável.

Esta valorização social do património fez com que, um pouco por todo o lado, se desenvolvessem acções no sentido do resgate e activação do património cultural, protagonizada por vários agentes locais, em particular, pelos poderes instituídos. Estes vêm aqui uma oportunidade de rentabilidade simbólica, através da legitimação das suas opções políticas, bem como de rentabilidade económica, mediante a utilização do património como factor de captação de fluxos turísticos e, como consequência, de desenvolvimento local. Em ambos os casos, esta aposta no património irá ao encontro de interesses político-eleitorais, destinados à legitimação social do poder vigente. Estes processos podem ser ilustrados com dois exemplos de política cultural, que incide especialmente sobre a vertente patrimonial, e que constituem, respectivamente, o objecto de estudo das nossas teses de doutoramento.

No caso de Ílhavo temos vindo a assistir, a uma cada vez mais intensa patrimonialização das memórias e vivências associadas à pesca do bacalhau à linha, uma actividade que no passado foi estruturante na comunidade e que, pela sua epicidade, fornece motivos especialmente eficazes para a construção de um discurso identitário sobre o passado. Tomando partido do elevado grau de consensualização pré-existente em torno desta identificação simbólica com o mar, em geral, e a pesca do bacalhau, em particular, a política patrimonial autárquica apostou, especialmente a partir de 1998, nesta temática, concedendo-lhe um espaço representacional privilegiado no recém-reconstruído museu, erigindo estátuas ao “Homem do Mar”, adquirindo antigos arrastões da pesca do bacalhau para fins museológicos, promovendo viagens em navios emblemáticos como o “Creoula” e encenando comemorações que evocam as antigas glórias marítimas dos seus argonautas.

Esta aposta da nova política autárquica comporta dividendos políticos e económicos consideráveis. Dividendos políticos, porque os discursos populistas sobre a época de ouro da pesca do bacalhau colhem junto de um eleitorado que procura ainda refazer-se da perda da sua relação privilegiada com o mar, e numa comunidade onde ainda é muito expressiva a voz daqueles que detinham posições privilegiadas nas cúpulas hierárquicas da pesca do bacalhau. Dividendos económicos, porque se começa a formular uma aposta num turismo de base cultural que tem como produto o Mar, como uma alternativa viável para fazer face ao declínio de outras actividades, especialmente aquelas associadas à pesca. Mas não o mar como praia e sol, mas uma Mar maior, de cultura, história e identidade: o “Mar por Tradição”, a expressão escolhida pelo executivo municipal para servir de slogan ao concelho.

Em Loures, tendo em consideração a dimensão e diversidade sócio-cultural do concelho, a política patrimonial da autarquia assenta fundamentalmente em duas vertentes, por um lado a salvaguarda e valorização das vivências associadas ao mundo rural e à região saloia, por outro, a salvaguarda e valorização das memórias de um passado mais recente, que remete para o papel estruturante que a indústria cerâmica desempenhou no concelho, designadamente em Sacavém. Esta política patrimonial, que se concretiza no âmbito da acção desenvolvida pela Rede de Museus de Loures (Museu Municipal e Museu de Cerâmica) inclui ainda a oferta de outros elementos culturais integrados no património exterior do concelho, bem como em itinerários culturais

temáticos, concebidos para salientar alguns dos seus elementos culturais mais representativos (Rota do Vinho, Rota da Azulejaria, etc).

Estes processos de resgate e activação patrimonial poderão ser ainda explicados em virtude da desestruturação económica provocada quer pelo abandono da actividade agrícola, quer pela extinção da actividade industrial, bem como pelo crescimento acentuado da população residente no concelho, que não possui raízes ou ligações a este território.

Estes dois eixos estruturantes da política patrimonial permitem ao poder político, fundamentado no trabalho de investigação e interpretação desenvolvido pelos técnicos, incorporar estes elementos culturais nos discursos e narrativas construídos em torno das especificidades e da identidade local, discursos estes que se destinam a ser apropriados quer pela população residente no concelho, quer por aqueles que o visitam. Neste caso, e como já referimos anteriormente, a política patrimonial prosseguida pelo poder local cumpre interesses político-eleitorais, na medida em que pretende fornecer indicadores da relevância conferida à valorização da cultura local, destinados a promover a legitimação simbólica do poder vigente.

Este processo não é, contudo, um processo unilateral e unívoco, como as teses da “invenção da tradição” (Hobsbawm e Ranger, 1983) ou das “hegemonias culturais” (Gramsci, 1971) nos têm levado a crer, uma vez que é possível identificar uma multiplicidade de actores sociais relevantes, que participam na construção das narrativas patrimoniais juntamente com o poder político. Entre estes incluem-se o poder económico, os interesses académicos e os técnicos. Em relação ao poder económico, verifica-se uma disponibilização de recursos que pretende obter como contrapartida benefícios de imagem. No que se refere aos interesses académicos, estes vêm legitimar as activações certificando-as com o rigor científico das investigações desenvolvidas, permitindo, por esta via, a obtenção de um reconhecimento social, recursos económicos e prestígio. Os técnicos, estando encarregues de conceber e executar a linguagem formal destas activações, permitem neutralizar o conteúdo ideológico das mesmas.

Isto significa que, no contexto da sociedade plural em que vivemos, a activação patrimonial resulta de um processo complexo de negociação entre variados actores

sociais, ainda que consideremos que esta activação depende, fundamentalmente, da acção dos poderes políticos, pois são estes que detêm os meios necessários para a elaboração e veiculação de um repertório discursivo, que tem por base a selecção de determinados elementos culturais, a sua ordenação e posterior interpretação.

No que se refere a esta selecção de elementos culturais, as políticas culturais autárquicas, responsáveis pela maior parte dos processos de patrimonialização de carácter local formulam, com frequência, os seus discursos patrimoniais com base na sobrevalorização pré-existente dos elementos culturais fortemente vivenciados pelas respectivas populações, na medida em que foram estes elementos que permitiram delimitar simbolicamente as suas fronteiras relativamente às localidades envolventes. Esta valorização faz com que as populações reclamem a constituição de elementos patrimoniais, com especial ênfase na figura do museu local, percebidos como símbolos das suas vivências singulares.

Isto significa que os elementos culturais, patrimonializados pelo poder político, remetem para a existência de uma hierarquia de valor que é fruto de processos identitários. Ou seja, o poder político opera uma activação patrimonial que incide sobre os elementos culturais que, *a priori*, são valorizados pela própria comunidade local. Não se pretende com isto dizer, que não possam existir invenções *ex nihilo*, ou que o poder político se encontre refém da comunidade, na medida em que existe sempre um espaço para a dialogia e negociação. Pretende-se apenas dizer que, no que concerne à problemática em apreço, a existência de uma negociação identitária prevalecente favorece o grau de consensualização em torno das activações patrimoniais. Isto quer dizer que, o poder político e a sociedade se envolvem num processo de negociação, constante e permanente, com a finalidade de alcançar o maior grau de consenso possível em torno do discurso patrimonial, procurando estabelecer uma correspondência entre o mesmo e a realidade social conforme é percebida pela comunidade.

Este factor identitário, que nunca pode ser excluído na análise das activações patrimoniais, é especialmente significativo quando, por um lado, as localidades são submetidas a transformações económicas, muitas vezes bruscas e traumáticas, e por outro, quando as localidades são sujeitas a reconversões sócio-demográficas com um peso considerável.

No primeiro caso, a desestruturação económica resultante da reconversão de sectores de actividade ou do abandono de actividades produtivas estruturantes no tecido local tem, além de implicações económicas, importantes consequências sociais e culturais, provocando uma sensação de perda que conduz a uma fixação patrimonial de lugares, objectos e manifestações que remetem para a memória colectiva do passado (Hewison, 1987; Wright, 1985). Prats (no prelo) designa este processo como “a musealização da frustração”. Nestas circunstâncias, a activação de repertórios patrimoniais cumpre, por um lado, o objectivo da conservação dos referentes identitários, e por outro, a reconversão de antigas instalações produtivas em atracções turístico-culturais.

No segundo caso, a reconfiguração sócio-demográfica, ora associada à desertificação populacional, ora ao seu crescimento súbito, resultante da expansão das periferias urbanas em virtude dos fluxos migratórios internos e externos, conduziu ao desenvolvimento de projectos em que o factor identitário é particularmente relevante, na medida em que permite não só a re-afirmação dos referentes culturais da população autóctone, como também a integração da população global, em torno destes ou de outros referentes identitários.

Para além da valorização do património resultante da sua dimensão identitária, verifica-se um outro tipo de valorização produzida na sequência da associação quase mecânica, embora frequentemente infundada, entre património e desenvolvimento. Sob o epíteto de desenvolvimento local, sustentável ou endógeno, os políticos acenam a bandeira dos benefícios gerados pela captação de fluxos turísticos trazidos pelos bens patrimoniais, na medida em que estes fornecem os elementos necessários para o desenvolvimento de uma indústria turística “diferenciada”. Num mundo onde se assiste ao esbatimento das diferenças, quanto mais distintivas forem as tradições oferecidas, maior será a sua implantação no mercado turístico. Contudo, raramente se realizam estudos de viabilidade que permitam sustentar a relação directa entre património→turismo→desenvolvimento, não se prevendo os recursos económicos necessários para a manutenção dos bens patrimoniais activados e ficando, muitas vezes, por concretizar o tão apregoado desenvolvimento.

Por outro lado, num contexto de competição crescente entre cidades e localidades pela captação de investimentos exteriores, as culturas locais, regionais e nacionais, bem como o seu respectivo património são explorados para a publicitação das suas características distintivas no novo contexto global. No caso das cidades de pequena e média dimensão, que procuram afirmar-se como um espaço significativo (Augé, 1998) no contexto das escalas de prestígio das cidades nacionais, o património pode ser utilizado, pela visibilidade e legitimação simbólica que confere, precisamente como argumento na negociação do seu posicionamento.

A tradição e o património são elementos que supostamente atestam sobre a “qualidade de vida” das localidades, contribuindo para a captação de investimentos exteriores. Em Portugal, à semelhança do que acontece noutros países, o território é pontuado por localidades que aspiram a ser percebidas como centros de maior ou menor importância, susceptíveis de polarizar a actividade administrativa, comercial, política e simbólica, da região em que se inserem.

Na medida em que pretendem afirmar-se como um centro de um espaço significativo, reivindicam títulos de glória, muitas vezes invenções de carácter arbitrário, que designam uma pretensa especificidade que permite uma identificação diferenciada, quer para consumo interno dos seus habitantes, quer para consumo externo, dos seus visitantes. As vilas e cidades de Portugal pretendem afirmar-se num espaço simbólico como a capital de algo significativo e diferenciado, como a “Capital do Gótico” (Santarém), a “Cidade dos Templários” (Tomar), a “Vila dos Tapetes” (Arraiolos), ou a “Terra dos Leitões” (Bairrada). Assim sendo, estas identificações simbólicas para com territórios específicos, ao mesmo tempo que procuram captar visitantes, apresentam-se como indicadores e medidas da eficácia do exercício do poder político local.

Apesar de fixarem uma imagem diferenciada do seu passado, estas cidades promovem simultaneamente uma abertura ao exterior e à modernidade. Com efeito, estas representações, ao mesmo tempo que ancoradas numa suposta tradição, fornecem uma prova de modernidade e de integração no novo espaço económico europeu. Como refere Augé (1998:74) “reivindica-se a profundidade histórica do mesmo modo que a abertura ao exterior, como se aquela equilibrasse esta”, fornecendo o local a ornamentação necessária à concretização do global.

A reorganização do espaço, assente nas novas possibilidades de circulação acelerada que afastam os viajantes dos centros destas localidades, é, portanto, acompanhada por um processo simultâneo de publicitação dos produtos culturais, supostamente enraizados na história e nas identidades locais, como mecanismo de atracção de visitantes, promovendo uma diferenciação entre o momento presente da viagem, compensado a sua transitoriedade com a imbricação num tempo distante e imaginado.

CONCLUSÃO

A globalização está a alterar profundamente a forma como apreendemos o mundo, proporcionando novas experiências, novos sentidos de identidade, novas relações entre espaço e lugar, fixidez e mobilidade, centro e periferia, espaço “real” e espaço “virtual”, fronteira e território. Tudo isto tem, obviamente, consequências ao nível das identidades individuais e colectivas, que se reconfiguram em torno de novos referentes simbólicos. Neste sentido, o património, enquanto sistema de representação que permite estabelecer uma articulação entre o global e o local, adquire uma importância fundamental, na medida em que permite assinalar o carácter distintivo das culturas locais no contexto global em que se inserem.

O património fornece-nos os referentes de significação para nos situarmos em relação ao passado quando, muitas vezes, já nada resta dele. Neste sentido, não só o passado é recuperado, como também são exaltadas todas as actividades e expressões culturais que, assumindo uma dimensão explicitamente territorial, se possam converter num instrumento ao serviço do fortalecimento da identidade de uma comunidade.

Estas iniciativas protagonizadas pelos agentes políticos locais assumem também um carácter instrumental, pois permitem contribuir para a legitimação dos poderes instituídos, na medida em que a oferta de actividades e bens culturais responde aos anseios de uma população carente de vínculos de identificação para com o território e o passado, ao mesmo tempo que permite configurar as opções estratégicas em torno de uma suposta política de desenvolvimento e, afirmar o respectivo território simbólico nas escalas de prestígio das localidades.

As activações patrimoniais, pelo grau de consenso que geram, substituem outras opções em termos de política cultural, mais comprometidas, de improvável consenso e difíceis de rentabilizar a nível político-eleitoral. Através do património, os poderes políticos fazem uso de uma linguagem espacial, baseada na utilização de um repertório simbólico que, pela sua capacidade de penetração no tecido social, permite exprimir e legitimar a sua autoridade, ao mesmo tempo que fornece os referentes identitários necessários à construção de uma ilusão de permanência no espaço e no tempo globais.

O património é, assim e apenas, uma operação simbólica que não pode ser confundida com a cultura, constituída pela acumulação da experiência cultural humana em toda a sua profundidade e diversidade. Porém, enquanto síntese simbólica, o património fornece elementos de significação cultural que concretizam a de/territorialização da cultura, num novo contexto global.

BIBLIOGRAFIA:

- ALGER, C. F. (1988) “Perceiving, Analysing and Coping with the Local-Global Nexus”, *International Social Science Journal*, 117:211-233.
- APPADURAI, A. (2002) “Disjuncture and Difference in the Global Cultural Economy”, in J. Inda e R. Rosaldo (eds.) *The Anthropology of Globalization: A Reader*, Oxford, Blackwell Publishers, pp. 46-64.
- ASSMANN, J. (1995) “Collective Memory and Cultural Identity”, *New German Critique*, 65 (Spring-Summer): 125-135.
- AUGÉ, M. (1998) *Os não-lugares*, 2ª ed., Ed. Bertrand, Lisboa.
- COLLINI, S. (1999) *English Past*, Oxford, Oxford University Press.
- FORTUNA, C. (2000) “La sociedad, el consumo y la crisis de los museos”, *Revista de Museología, Monográfico Museos y Museología en Portugal. Una Ruta Ibérica para el Futuro*, Febrero, pp.27-29.
- GARCÍA CANCLINI, N. (1989) *Culturas Híbridas. Estrategias para Entrar y Salir de la Modernidad*, México, Grijalbo.
- GELLNER, E. (1998) *Nacionalismo*, Barcelona, Ediciones Destino.
- GIDENS, A. (1990), *The Consequences of Modernity*, Stanford, Stanford University Press.
- GINER, S. (1993) “Religión Civil”, *Revista Española de Sociología*, 61, Enero-Marzo, pp. 23-55.

- GRAMSCI, A. (1971) *Selections from the Prison Notebooks*, London, Lawrence and Wishart.
- HALL, S. (2002) "Culture, Community, Nation", in D. Boswell e J. Evans (eds.), *Representing the Nation: A Reader – Histories, Heritage and Museums*, London, Routledge, pp. 33-44.
- HANNERZ, U. (1991) "Scenarios for Peripheral Cultures", in A. King, (ed.), *Culture Globalization and the World System: Contemporary Conditions for the Representation of Identity*, Binghamton, State University of New York, pp. 107-128.
- HAANERS, U. (1992) *Cultural Complexity: Studies in the Social Organization of Meaning*, New York, Columbia University Press.
- HARVEY, D. (1989) *The Condition of Postmodernity*, Oxford, Blackwell Publishers.
- HERVIEU-LEGER, D. (2000) *Religion as a Chain of Memory*, Oxford, Polity Press.
- HEWISON, R. (1987) *The Heritage Industry: Britain in a Climate of Decline*, London, Methuen.
- HOBBSBAWM, E.; T. RANGER (1983) *The Invention of Tradition*, Cambridge, Canto, Cambridge University Press.
- HUYSEN, A. (1995) *Twilight Memories: Marking Time in a Culture of Amnesia*, New York, Routledge.
- INDA, J.X.; ROSALDO, R. (2002) *The Anthropology of Globalization: A Reader*, Oxford, Blackwell Publishers.
- LOWENTHAL, D. (1985) *The Past is a Foreign Country*, Cambridge, Cambridge University Press.
- LUUL, J. (2000) *Media, Communication, Culture: A global approach*, 2nd ed., Cambridge, Polity Press.
- MORLEY, D.; ROBINS, K. (1989) "Spaces of Identity: Communications Technologies and the Reconfiguration of Europe", *Screen*, 30(4):10-34.
- MORLEY, D.; ROBINS, K. (1990) "Non-tariff Barriers: Identity, Diversity, Difference", in G. Locksley (ed.), *Information and Communication Technologies and the Single European Market*, London, Belhaven, pp. 44-56.
- PAILLART, I. (1989) "De la Production de Territoires", *Mediaspouvoirs*, 16:58-64.
- PRATS, LL. (no prelo), "Activaciones Turístico-Patrimoniales de Carácter Local", Comunicação a Apresentar no I Congresso Internacional de Patrimónios e Identidades, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

- ROBINS, K. (2002) "Tradition and Translation: National Culture in its Global Context", in D. Boswell e J. Evans (eds.), *Representing the Nation: A Reader – Histories, Heritage and Museums*, London, Routledge, pp. 15-32.
- TOMLINSON, J. (1997), "Internationalism, Globalization and Cultural Imperialism", in K. Thompson (ed.), *Media and Cultural Regulation*, London, Sage, pp. 117-162.
- TOMLINSON, J. (1999) *Globalization and Culture*, Chicago, University of Chicago Press.
- WATERS, M. (1995) *Globalization*, London, Routledge.
- WRIGHT, P. (1985) *On Living in a Old Country: The National Past in Contemporary Britain*, London, Verso.